

O Brasil não é o principal alvo

Rio de Janeiro, 08/11/2013

Entrevista – Layla Dawood

“O Brasil não é o principal alvo”

A professora de relações internacionais da PUC-Rio, Layla Dawood, disse que o Brasil é um dos alvos da espionagem, mas não o principal. Ela afirma que existem motivações relacionadas com recursos de poder e não tanto comerciais

A Petrobrás foi alvo de espionagem pela NSA (Agência de Segurança Internacional). O governo da presidenta Dilma também foi monitorado pelos americanos. No contexto da espionagem sobre os países, Layla Dawood, doutora em Relações Internacionais pela PUC-Rio e também graduada em Direito pela UFMG, disse em entrevista que seu interesse por Segurança Internacional surgiu no início de sua faculdade, quando ocorreram os atentados do 11 de setembro de 2001, nos EUA. Ela acredita que as duas formações dialogam entre si. E assim, ela consegue compreender mais assuntos jurídicos relacionados as relações diplomáticas. Na sala da coordenação do instituto de relações internacionais da PUC-Rio, Dawood conversou abertamente sobre temas de segurança internacional, diplomacia e desrespeito às leis internacionais. Com uma posição sempre firme em relação às questões levantadas, ela deixou claro que a espionagem pode ou não ter legitimidade dependendo da abordagem.

Thâmily – Qual seria a motivação para esses recentes casos de espionagem envolvendo a Petrobrás e o governo Dilma?

Dawood – Uma das motivações usadas é a prevenção contra o terrorismo, mas ela não é única. Existe outras motivações não declaradas. A motivação não declarada está relacionada com recursos de poder. Qual a relação da Petrobrás com os recursos de poder que importa para os EUA? Energia e recursos são importantes porque movem os países. Sem energia você não tem um país operando. Saber como a Petrobrás lida com esses recursos de poder é algo que interessa o governo dos EUA. Não é de assustar que a Petrobrás seja alvo disso. Ocorre que essa motivação não é legítima quando os autores são questionados se aquilo é correto. O terrorismo é tido como legítimo, se os EUA dizem que eles estão fazendo a espionagem para prevenir atos de terrorismo. Agora, se a espionagem é feita para ver como os recursos de poder estão sendo administrados por um país, isso já não é tão legítimo. Na relação entre países, essa motivação não vai ser colocada no discurso do presidente, ela não é aceita, não é legítima, mas existe.

Thâmily – Os EUA utilizam como discurso para a espionagem a prevenção ao terrorismo. Esse tipo de argumentação é bem vista pelos próprios americanos?

Dawood – Esse tipo de argumentação de que a espionagem seria pela prevenção do terrorismo, principalmente, pelo público doméstico dos EUA, costuma ser aceito, embora com ressalvas pela própria população civil. Na Petrobrás esse discurso não poderia ser aceito, visto que ela não tem nenhuma relação com o terrorismo. Só que as motivações dos presidentes, que falam por seus países, não são declaradas tão abertamente. A motivação relacionada com o terrorismo pode ser uma argumentação retórica que convence alguns, ou seja, internamente ela convence. Porém externamente ela não convence, visto que uma vez ou outra aparece esse tipo de espionagem completamente desvinculada do fenômeno do terrorismo, como no caso da Petrobrás. Ocorre que essa é uma motivação colocada no discurso do presidente para legitimar suas ações em face do seu público doméstico, em alguma medida atinge também o público externo.

Thâmily- O jornalista Glenn Grenwald, que divulgou o esquema global de espionagem telefônica e eletrônica da Agência de Segurança Nacional (NSA), disse em entrevista recente a Uol que o Brasil é o grande alvo dos EUA. Você concorda com essa declaração?

Dawood – O Brasil não é o principal alvo. Isso é um exagero. Ele é um dos alvos, tanto que países europeus e até a Índia também foram espionados.

Thâmily – E como esses países reagiram?

Dawood – De um lado temos o Brasil que reclamou e levou esse fato ao Conselho Nacional de Segurança. Do outro lado, por exemplo, temos a Índia, que também foi espionada e reagiu de forma diferente. Ela deixou claro que as relações de aliança entre EUA e Índia são mais importantes do que esse incidente. O mais importante em observar não é a motivação, mas a reação diferenciada de cada país, que nos mostra sobre o sistema internacional. No caso do Brasil é como se essa parceria estratégica com os EUA já não fosse tão importante, como é a parceria entre Índia e EUA. Não adianta colocarmos a espionagem como sendo unicamente feita pelos EUA, como sendo algo novo e tendo o Brasil como único alvo. Não! São muitos os alvos. A espionagem é bastante antiga e vai fazer espionagem quem tem recurso para isso.

Thâmily – Além das vantagens comerciais, existem outras motivações?

Dawood – A motivação de um governo é mais em monitorar como os recursos de poder e petróleo estão sendo usados, administradas por cada país, do que uma preocupação só comercial. Ela é mais geoestratégica. Pois sabemos que existe escassez no mundo desses recursos.

Thâmily – Como políticas de defesa podem contribuir para a segurança de um país?

Dawood – Uma política de defesa é composta em primeiro plano por um traço político, com objetivos e interesses. E em segundo plano como esses recursos de poder vão ser administrados. No caso do Brasil, houve durante muito tempo uma grande dificuldade de planejamento de políticas de defesa. Os interesses e os objetivos não estavam muito

claros. E de outro lado, devido os interesses não estarem tão claros, não havia mobilização em organizar as forças armadas, por exemplo, para fazer valer esses objetivos. Recentemente, entre 2005 e 2008, temos alguns documentos que definem melhor quais são os nossos objetivos e interesses. Atualmente temos um papel muito claro para a marinha, para o exército, para a aeronáutica. Ainda assim, não temos capacidade para lidar com essa guerra cibernética. Já que ela não envolve só informações, mas também o que você pode fazer com seu inimigo em um espaço virtual. Embora o Brasil tenha dado grandes passos, principalmente, quando as forças armadas podem nos ajudar com nossos interesses nacionais. Ainda assim, não está claro como essas forças vão ser organizadas para cuidar dos problemas dessa guerra cibernética.

Thâmily – A espionagem americana afetou as relações diplomáticas entre Brasil e os EUA?

Dawood – As relações diplomáticas não estão boas. A nossa resposta foi interpretada, quando a presidente Dilma deixou de ir ao encontro que já estava agendado com o presidente Obama. Eu não estou legitimando o que os EUA fizeram, mas o Brasil com essa postura fez com que as tensões aumentassem. Agora, as relações entre esses países não estão só no nível da diplomacia. Resta saber se esse incidente diplomático tem a capacidade de acabar com todos os outros elos de relacionamentos, o que duvido um pouco. A tendência é que as coisas se acalmem entre esses países.

Thâmily – Empresas petrolíferas, como a Chevron e a BP não participaram do leilão do campo de Libra. Havia questionamentos políticos e jurídicos de que a espionagem trouxesse vantagens à empresas americanas. Como você entende essa ausência?

Dawood – A motivação não é tanto comercial. Se fosse, nós teríamos um grande indício de que as empresas americanas estivessem beneficiadas. Eu não acho que um aparato tão sofisticado, como esse de Inteligência serviria a essas empresas. Eu vejo como essas empresas sendo braços do governo e não o governo sendo braço dessas empresas.

Thâmily – Você leciona a disciplina de Segurança Internacional na PUC. Como esse tema é abordado em sala de aula? Os alunos têm interesse no assunto?

Dawood – As ações de um país, como os EUA, são de grande interesse para os alunos. Um enfoque possível de se tratar em sala de aula é a atuação de grandes líderes e nas suas políticas de defesa. Outro é quando as potências ao se protegerem acabam ferindo as liberdades individuais. Esse assunto tem um viés mais jurídico, mas pode ser assunto para os alunos discutirem. Por exemplo, em que medida é legítimo um Estado agir de modo a ferir as liberdades individuais para se proteger? Ou seja, em nome da segurança de um Estado, outras pessoas perdem a liberdade de ir e vir, e de se expressar. E por último, existe uma abordagem mais crítica. Nós apresentamos para os alunos o seguinte tema: que liberalismo é esse que utiliza de práticas tidas como liberais, como a espionagem, para defender o interesse de alguns, como os americanos, no detrimento de outros?

Thâmily – O profissional de RI poderá trabalhar com comércio exterior. Como o professor contribui para a formação ética do aluno, sabendo que eles terão acesso a dados de empresas?

Dawood – A formação ética acaba se dando pela linha da crítica. Se algumas teorias acabam colocando de pé essa realidade, o aluno precisa entender o que é bom e o que não é. O profissional de relações internacionais vai aliar essas duas coisas. Ele precisa de uma leitura não utópica da realidade, compreender o que acontece do ponto de vista histórico, e compreender o porquê de acontecer. As teorias sociológicas, críticas e construtivistas ajudam a trabalhar com essa questão do que é ou não legítimo. Então, o profissional de RI tem essa dupla formação. Ele aprende essas duas teorias. E a própria ideia da sociedade do que é bom e ruim ajuda o aluno a construir seus princípios éticos. Pelo profissional de RI ter uma abordagem teórica tão abrangente, ele está preparado para lidar com a própria realidade nua e crua, sem utopia. Ele pode questioná-la e fazer a diferença. Se o aluno vai para comércio exterior, ele já é um ser humano bastante complexo, que consegue ler a realidade e consegue questioná-la. Então, ele está bem informado para isso também.

Thâmily – A presidente Dilma aprovou a destinação de 75% da receita da exploração de petróleo, no campo de Libra, à educação. Como cidadã, como você vislumbra essa medida para a educação no Brasil?

Dawood – Como brasileira tenho esperanças. Se o país tem recursos, ele precisa distribuir entre a população. E uma maneira perfeita é investindo na educação. Não adianta o Brasil ter riquezas e não distribuir. Porém, também não adianta pegar um pedacinho dessa riqueza e sair distribuindo para cada cidadão. A melhor forma é distribuir naquilo que não se perde e que teremos retorno em longo prazo, em educação, por exemplo.